



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Zé Trovão (PL/SC)

2) Qual a relação existente entre formação acadêmica dos indicados e as atividades a serem desenvolvidas na condição de conselheiros de administração de uma empresa de metalurgia?

3) Quais são os riscos para a Tupy decorrentes da nomeação de Anielle Franco e Carlos Lupi, sobretudo tendo em vista a queda no valor das ações da empresa após a nomeação dos dois conselheiros?”

JUSTIFICAÇÃO

A Tupy, uma multinacional brasileira do ramo da metalurgia fundada em 9 de março de 1938 na cidade de Joinville – SC e trata-se de empresa de enorme importância para o Brasil. A companhia conta com cerca de 13 mil funcionários em quatro parques fabris e é uma das principais fabricantes de autopeças do País.

As nomeações de Anielle Franco e Carlos Lupi para o Conselho de Administração da Tupy têm sido amplamente criticadas por diversos setores da sociedade, haja vista Franco ser uma militante ideológica e não possuir experiência no setor metalúrgico. Lupi, por sua vez, é um ex-Deputado Federal envolvido em vários escândalos de corrupção.

Destaque-se que no dia 28 de agosto de 2023, as ações da Tupy na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) despencaram 4,53% - a maior queda do mercado na manhã deste dia. A queda ocorreu após a divulgação da notícia das nomeações.

Tais nomeações parecem ser um clássico caso de aparelhamento político da empresa, o que violaria os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da Administração Pública, justificando, portanto, a necessidade de responder-se às questões formuladas no presente Requerimento, por serem do mais genuíno interesse público.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Zé Trovão (PL/SC)

Considerando, ainda, que o Congresso Nacional tem a prerrogativa de solicitar ao TCU a realização de auditorias e inspeções no BNDES e que recebe periodicamente relatório detalhado de todos os financiamentos do BNDES que usam recursos provenientes do Tesouro Nacional emitindo parecer respeito, tem-se por atendidos os requisitos dos art. 115 e 166 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Assim, como representante do povo, sobretudo da população catarinense, requeremos a elucidação dos questionamentos formulados, essenciais para que os Deputados Federais possam exercer o seu papel de fiscalização e controle da Administração Pública.

Atenciosamente,

Sala das comissões, de de 2023.

Deputado ZÉ TROVÃO
(PL/SC)

